



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

### TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0000893-49.2017.8.26.0566 - 2017/000304**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Posse de Drogas para Consumo Pessoal**  
 Documento de Origem: **TC, BO - 01/2017 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos, 900002/2017 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO**  
 Autor do Fato: **TALES FELIPE DA SILVA PRADO**  
 Data da Audiência: **14/11/2018**

Justiça Gratuita

Audiência de instrução e julgamento em procedimento criminal previsto na Lei 9.099/95, nos autos do processo em epígrafe que a Justiça Pública move em face de **TALES FELIPE DA SILVA PRADO**, realizada no dia 14 de novembro de 2018, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, devidamente escoltado, acompanhado da Defensora Pública **DRA. AMANDA GRAZIELLI CASSIANO DIAZ**. Iniciados os trabalhos, a Dra. Defensora se manifestou em defesa prévia nos seguintes termos: "O autor do fato não praticou o delito que lhe é imputado, o que ficará provado durante a instrução". A seguir, pelo MM. Juiz **foi recebida a denúncia** oferecida. Em seguida, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Então, foi realizado o interrogatório do acusado (*Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). As partes desistiram da testemunha JOSÉ DONIZETE DE SOUZA CAMARGO, o que foi homologado pelo MM Juiz. Após, não havendo outras provas a serem produzidas, o MM Juiz determinou que se passasse aos debates orais, os quais foram realizados em mídia digital (*Conteúdo captado pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. Dispensado o relatório**. Em que pese a presença dos indícios de autoria e materialidade, verifico que sob o crivo do contraditório e da ampla defesa não existem elementos e convicção suficientes para amparar um decreto penal condenatório. Mesmo que se trate de delito de menor potencial lesivo, não é possível exigir menos do princípio da prova judicial, uma vez que é universal em relação a todo o sistema processual penal. Aplica-se o disposto no art. 155, "caput", do CPP. Ante o exposto, julgo improcedente o pedido contido na denúncia absolvendo-se o réu **TALES FELIPE DA SILVA PRADO** da imputação de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

ter violado o disposto no artigo 28 da Lei 11.343/2006, com base no artigo 386, inciso VII, do CPP. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, \_\_\_\_\_, Marco Antonio Manenti, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). CLAUDIO DO PRADO AMARAL**

<p><b>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</b></p>
---

Promotor:

Acusado:

Defensora Pública: